

RELATOS, EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES INTERDISCIPLINARES NO COMBATE À VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA

Direitos Humanos e Justiça

**Coordenadora da atividade: Kelley B. DUARTE¹
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**

Autores: Nicole FÜCK²; Angell R. PADILHA³.

Resumo

Esta comunicação busca sintetizar as ações interdisciplinares que conduziram o projeto de extensão “Biografias do trauma: um olhar literário e interdisciplinar para a experiência da violência obstétrica” (EPEC/FURG). Iniciado em 2016, o referido projeto culminou, em 2018, em diferentes e diversos resultados que comprovam sua produtividade e que serão apresentados neste evento. Um deles refere-se ao seu desmembramento para a pesquisa científica em literatura. O caminho inverso, feito da extensão à pesquisa determinou a compreensão de que a violência é uma realidade que inspira a ficção e pode estar inscrita na literatura através da experiência de quem a viveu. Os fragmentos desses relatos coletados na extensão, e que serão apresentados no 37º SEURS, retratam a realidade enfrentada por mulheres no ambiente institucional de assistência ao parto, pós-parto e abortamento, na cidade de Rio Grande. As ações do projeto destacam, como objetivos primeiros: 1) a coleta e o registro de relatos de mulheres vítimas da violência obstétrica; 2) a avaliação, em equipe interdisciplinar, das narrativas para identificar as expressões dessa violência e suas sequelas; 3) a orientação jurídica para denúncias formais e 4) o encaminhamento para apoio psicológico – quando for da vontade da participante/vítima. No âmbito da teoria literária, que perpassa os processos metodológicos dessa extensão, os relatos são avaliados a partir de uma linha teórica que aproxima a narrativa do testemunho. Para autores como Lévi (2015) e Seligmann-Silva (2003), as narrativas são expressões legítimas de manifesto e de denúncia que se inserem no arquivo da memória social. A aplicação dessas teorias na ação extensionista permite compreender que o testemunho representa um “dever de memória” (Ricoeur, 2007) e uma responsabilidade moral que impõe à sociedade uma mudança de postura frente à caracterização dessa violência.

Palavra-chave: violência obstétrica, relatos, interdisciplinaridade.

¹ Kelley Baptista Duarte, professora adjunta do Instituto de Letras e Artes da FURG nos cursos de graduação em Letras-Francês e na Pós-Graduação em Letras dessa instituição.

² Nicole Fück, graduanda do curso de Letras-Francês da FURG.

³ Angell Rubira Padilha, graduanda/formanda do curso de Letras-Francês da FURG.

Introdução

Conduzido por uma reflexão teórico-literária sobre o gênero biográfico (Arfuch, 2010) e a literatura de testemunho (Seligmann-Silva, 2003; Lévi, 2015) – base das pesquisas em pós-graduação da coordenadora, prof^a Kelley B. Duarte –, este trabalho tem por objetivo geral registrar narrativas de mulheres rio-grandinas que sofreram violência obstétrica para dar visibilidade social à recorrência dessa violência. De acordo com a Declaração publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2014, a **Violência Obstétrica** é caracterizada por qualquer ato ofensivo, humilhante e agressivo, de violência física ou verbal, praticado contra a mulher gestante, em trabalho de parto, no pós-parto e em situações de abortamento.

Em diálogo com as áreas da Saúde, da Psicologia e dos Direitos Humanos, o registro das narrativas de violência obstétrica, realizado pela equipe do projeto, opera como estratégia documental para a identificação e denúncia de possíveis infrações éticas que, conseqüentemente, revelam a persistência de uma cultura que insiste em estabelecer uma relação desleal de poder entre a mulher e as instituições de saúde. Na medida em que a equipe dialoga com mulheres e também com representantes de centros de assistência básica à gestante e à puérpera, percebe-se a importante atenção que se deve dar ao protocolo de atendimento ao parto como uma das estratégias de prevenção dessa violência – o que, na maioria das vezes, não acontece.

Em recente publicação, a OMS (Organização Mundial de Saúde) reformulou as diretrizes do parto normal, após vinte anos de defasagem de algumas normas e práticas que se tornaram excessivas e inapropriadas no atendimento à parturiente. Porém, nos casos em que a violência é relatada, observa-se que as atuais orientações e diretrizes não são seguidas e, mais assustador ainda, que hospitais locais do município de Rio Grande não possuem nenhum protocolo de atendimento. Isso faz com que cada equipe de plantão exerça a sua prática, baseada em condutas individuais de cada profissional.

Na representação interdisciplinar da equipe do projeto está a pesquisadora e psicóloga de formação Michele A. Branco. Recentemente, Michele finalizou sua dissertação de mestrado em saúde pública, contribuindo para esse projeto de extensão com dados estatísticos que informam a prevalência da violência obstétrica no município de Rio Grande. Os dados foram coletados a partir de um questionário específico, realizado entre parturientes internadas ao longo de 2016, nas duas maternidades desse município. O trabalho da referida psicóloga, intitulado “Práticas associadas à violência obstétrica no parto vaginal: estudo de base populacional em um município do extremo sul do Brasil”

(2016-2018), está ligado ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Faculdade de Medicina, da FURG e integra o “Estudo Perinatal de 2016”, projeto coordenado pelo prof. e pesquisador Juraci A. Cesar. Na medida em que as ações comunitárias do projeto foram sendo executadas, Michele participava apresentando os resultados, mesmo que parciais, de sua pesquisa estatística. Ao passo em que contribuía para visibilizar a recorrência dessa violência (em números e gráficos), Michele A. Branco também contribuiu para estabelecermos a ponte entre essa ação extensionista, a pesquisa e o ensino.

Metodologia

A metodologia de trabalho que deu origem à construção da proposta de extensão seguiu um direcionamento bibliográfico teórico para os termos da escrita biográfica (Arfuch, 2010) e do relato testemunhal (Seligmann-Silva, 2003); do trauma e da violência (Ginzbourg, 2013) – todos eles relacionados à linha de pesquisa da coordenadora desta ação e associados, aqui, aos princípios que envolvem os direitos da mulher gestante (Lei Estadual de SC, 2017) e do Direito Civil (Brasil, 2002), bem como, especificamente, à violência obstétrica (Kondo e Werner, 2013). Partindo dessas noções, desencadeadoras de um pensamento crítico, aplicou-se a teoria à prática.

Inicialmente, para a execução do projeto, foi feita a ampla divulgação da proposta para que se conseguisse chegar até o principal público-alvo: mulheres, do município de Rio Grande, vítimas de violência na gestação, parto, pós-parto ou abortamento. Essa divulgação envolveu diferentes meios de comunicação, tais como: distribuição de cartazes em locais públicos; apresentações do projeto em atividades acadêmicas e municipais e convites para o acompanhamento do perfil virtual do projeto, em rede social: <https://www.facebook.com/violenciaobstetricarg>. Outro procedimento metodológico, importante nesse percurso de execução, diz respeito às entrevistas com as vítimas. Em cada encontro, individual, o relato foi gravado e, posteriormente transcrito pelas bolsistas. Após a transcrição, os relatos foram apresentados à equipe que, por sua vez, fez as observações necessárias para a análise de cada caso. Cada colaborador se encarregou de destacar os aspectos relevantes para a identificação da violência, seus traumas e as possíveis infrações éticas (sobretudo quando envolve profissionais da saúde). Essas observações são apresentadas nos relatórios do projeto, na apresentação de seus resultados e serão reunidas em uma publicação coletiva no formato de livro digital e/ou impresso prevista para o final de 2019. Para esta apresentação, no 37º SEURS, serão apresentados trechos de relatos já coletados que elucidem o trabalho interdisciplinar da equipe.

Desenvolvimento e processos avaliativos

A consolidação deste projeto se deu através da participação e envolvimento de profissionais de diferentes áreas que, por sua vez, ajudaram a pensar amplamente sobre o tema da violência obstétrica, contribuindo para que essa violência seja, pouco a pouco, reconhecida e encarada como um problema social, de responsabilidade coletiva.

Ao longo dos três anos de vigência desse trabalho, a equipe – composta por profissionais das Letras, do Direito, da Saúde (enfermagem e medicina), da Psicologia e graduandos (das Letras, Direito e Medicina) – atuou diretamente com a comunidade, ouvindo mulheres que relatavam suas histórias de violência e orientando a população local através de palestras públicas, minicursos e rodas de conversa. No decorrer desse período, foram coletadas as mais diversas narrativas, sendo a primeira delas muito emblemática para alavancar o movimento: trata-se da história de uma jovem de 23 anos que teve sua bacia quebrada, pelas mãos do médico, no parto vaginal.

As ações desse projeto culminaram, no decorrer de 2018, em diferentes e produtivos resultados provenientes das reflexões da equipe, das intervenções feitas junto à comunidade local e das demandas de todas as mulheres ouvidas. Dentre as conquistas dessa atuação estão: 1) a elaboração de um projeto de pesquisa que também trate do tema; 2) a realização de uma audiência pública (ocorrida em agosto daquele ano) para encaminhamento de um projeto de lei municipal que reconheça a violência obstétrica e regulamente o atendimento das gestantes nos hospitais locais; 3) uma parceria com a delegacia da mulher (que realiza o primeiro acolhimento das vítimas para o registro de um BO), 4) o apoio da Defensoria Pública (para a formalização de denúncias), 5) edição de um folder explicativo para distribuição no município e 6) publicação de um livro com os relatos (previsto para o final de 2019).

Recentemente, em 03 de maio de 2019, o Ministério da Saúde, a pedido de um movimento de médicos obstetras, editou um despacho contrário ao uso do termo “violência obstétrica”, alegando que “só há violência quando há intenção de causar dano”. Partindo dessa ação, a reação de movimentos e projetos, como este que apresentamos, foi a de mostrar o necessário reconhecimento do uso de um termo que, além de ser a expressão clara e evidente de violência de gênero, se encaminha para a tipificação de um crime. Talvez essa manifestação médica tenha sido produtiva para o exaustivo trabalho de conscientização social sobre essa violência, pois negar o termo é revelar uma postura de retrocesso dos princípios éticos, morais, humanos e humanitários.

Considerações Finais

A ênfase no relato das vítimas de violência obstétrica é uma estratégia de evidenciar que a narrativa dessa violência torna-se, portanto, instrumento de denúncia. As experiências que passaram a ser narradas – e posteriormente compartilhadas entre o grupo de vítimas que se formou através do projeto – assumiram diferentes funções: são elas denúncia, manifesto e também expressões reveladoras de uma violência ainda invisível na sociedade e que insiste em ser negada pela classe profissional de médicos obstetras. A invisibilidade pode ser justificada pelo fato de estarmos inseridos(as) em um sistema (de saúde) omissivo, permissivo, autoritário e hierárquico - se considerarmos o poder da categoria médica e demais representantes da instituição de saúde comparado à fragilidade da mulher na hora de ser acolhida e assistida. Embora alguns casos, hoje, sejam tratados no âmbito jurídico, são muitas as situações de violência obstétrica que passam despercebidas pelas vítimas, familiares e, principalmente, pela sociedade. Essas histórias, narradas e mantidas em sigilo de inquérito, nunca ganham o conhecimento público. Isso, infelizmente, faz com que a sociedade não reconheça as causas, as consequências dessa violência e como ela pode ser conduzida no âmbito da jurisprudência.

Narrar ou escrever o trauma da violência obstétrica é a promessa de estabelecer uma nova representação da experiência, do vivido e do testemunho. A Literatura, articulada a um pensamento coletivo, à extensão e ao trabalho interdisciplinar, encaminha seu leitor, locutor e interlocutor para reflexões e posturas que exigem muito além de técnica e perícia médicas ou judiciais: exigem humanidade solidária frente à fragilidade, ao limite da dor e ao sofrimento alheio.

Não se pode ignorar que a “literatura”, na concepção clássica de Aristóteles, em sua *Poética*, é definida por ele como a “arte de representar a realidade por meio de palavras”. E se, no senso comum, a palavra tem poder, acreditamos que a narrativa e a escrita da experiência, por sua vez, exerce um poder transfigurador. Foi a partir desse pensamento que a proposta de articular experiência biográfica como a estratégia de informar e combater a violência obstétrica se consolidou.

Referências

- ANDRADE, Briena P., AGGIO, Cristiane de M. “Violência Obstétrica: a dor que cala”. **Anais do II Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina. Maio de 2014. ISSN 2177-8248
- ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1992.
- _____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- BRANCO, Michele A. **Práticas associadas à violência obstétrica no parto vaginal: estudo de base populacional em um município do extremo sul do Brasil**. Dissertação de mestrado. FaMed - PPG em Saúde Pública. FURG, Rio Grande, 2017.
- BRASIL. **Código Civil**, Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- DUARTE, Kelley. “Biografias do Trauma: um olhar literário e interdisciplinar para a experiência da violência obstétrica”. **Projeto de extensão**. EPEC/FURG, 2016 -.
- GINZGURG, Jaime. **Linguagem e trauma na escrita do testemunho**. Universidade Federal de São Paulo. Disponível em:
<http://www.seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/viewFile/55604/33808> Acesso em: 12/12/2015.
- KONDO, Cristiane; WERNER, Lara. “Violência obstétrica e sua configuração no Brasil”. In: STEFANO, Daniela; MENDONÇA, Maria Luisa. **DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2013**. Disponível em: http://www.social.org.br/relatorio_RH_2013.pdf, Acesso em: 08 de dezembro, 2016.
- LEVI, Primo; DE BENEDETTI, Leonardo; Organização LEVI, Fábio e SCARPA, Domenico. **Assim foi Auschwitz: testemunhos 1945-1986**. Tradução Federico Carotti. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- RICOEUR, Paul. **Memória, história, esquecimento**. (Trad. Alain François et all.) Campinas: Unicamp: 2007.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- DIJK, Teun A. Van. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.
- VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**. Projeto de LEI Nº 17.097, de 17 de janeiro de 2017. Governador do Estado de Santa Catarina. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2017/17097_2017_lei.html, Acesso em 07 de março, 2017.